

≡O **Instituto Ética Saúde (IES)** manifesta **profunda preocupação** com os **indícios de desvios de recursos públicos** revelados na **Operação Dia Zero**, conduzida pela **Polícia Federal** e pela **Controladoria-Geral da União (CGU)**, e que traz à tona **sérias fragilidades** nos processos de contratação e execução de serviços terceirizados na área da saúde pública.

As investigações, que recaem sobre **contratos firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (BA) e o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS)**, apontam para uma **suposta estrutura criminosa** voltada ao **desvio sistemático de recursos da saúde** ao longo de vários anos. Estão sob apuração **práticas como fraudes em licitação, subcontratação indevida de serviços, pagamento por atendimentos não realizados e movimentações financeiras incompatíveis com a realidade contratual**. O **prejuízo estimado ultrapassa R\$ 46 milhões**, de acordo com auditoria da CGU.

O Instituto entende que este não é um episódio isolado, mas um **alerta urgente sobre a necessidade de reforçar mecanismos de governança, compliance e fiscalização contínua** dos contratos públicos no setor da saúde. O uso de **organizações sociais** para intermediar a gestão de serviços essenciais exige **critérios técnicos rigorosos, controles externos independentes e total transparência na execução dos recursos**.

Casos como este, se comprovadas as práticas ilícitas, comprometem não apenas a integridade da política pública de saúde, mas a confiança da população nas instituições que deveriam zelar por seu bem-estar. Os contratos devem existir para promover o **atendimento digno, o acesso equitativo e o fortalecimento da rede assistencial**, não como atalhos para enriquecimento ilícito, fraudes ou favorecimentos políticos.

O IES reafirma que é **inadmissível** que estruturas públicas sejam instrumentalizadas para beneficiar agentes privados às custas do sofrimento de usuários do sistema. A atuação **preventiva das instituições de controle é fundamental**, mas a **responsabilização dos envolvidos** deve ocorrer com **firmeza, agilidade e rigor técnico-jurídico**, respeitando indiscutivelmente o **devido processo legal**.

Síntese das Informações Divulgadas

A **Operação Dia Zero**, deflagrada em **12 de junho de 2025**, investiga **fraudes ocorridas entre 2013 e 2020** nos contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador com o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS), especialmente no **contrato nº 193/2013**. A apuração da CGU aponta diversas irregularidades, como **pagamentos sem cobertura contratual, serviços não realizados, exigências restritivas nos editais e atuação de empresas de fachada**. Foram cumpridos **mandados de busca e apreensão na Bahia e em Alagoas**, com **bloqueio judicial de até R\$ 100 milhões em bens**.

A **Prefeitura de Salvador** informou que o contrato com o INTS foi encerrado em 2019 e que colabora com as investigações. O **INTS** divulgou nota **negando irregularidades** e afirmou que prestará todos os esclarecimentos às autoridades.

Compromisso com a Ética e a Responsabilidade Setorial

O **Instituto Ética Saúde seguirá acompanhando os desdobramentos do caso** e reitera a **urgência de ações estruturantes para proteger o sistema público de saúde de esquemas ilícitos**. A **integridade institucional não pode ser comprometida** por falhas sistêmicas, omissões regulatórias ou práticas fraudulentas.

A construção de uma saúde pública **segura, ética e eficiente** passa pelo **compromisso com a transparência na gestão dos recursos**, pela **responsabilização de irregularidades** e pelo **fortalecimento de estruturas técnicas capazes de prevenir e responder a riscos de**

integridade. O IES se mantém como **voz ativa e independente** na defesa desses princípios fundamentais, e acompanhará o caso de perto, bem como aponta que se colocou à disposição dos Órgãos públicos responsáveis para apoiar o processo no que couber, objetivando o cumprimento da garantia constitucional do contraditório e ampla defesa, e, em potencial, a aplicação da legislação em seu máximo rigor no caso de comprovação de veracidade dos fatos.

Filipe Venturini Signorelli

Diretor Executivo do Instituto Ética Saúde

Julio Zanelli

Assessor de Ética e Integridade do Instituto Ética Saúde

Fonte: [Instituto Ética Saúde](#), em 13.06.2025.